



ENSINO EM CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS: PRÁTICAS E SABERES DOCENTES

Priscila Lazo Rodrigues¹

Prof^a. Dr^a. Narjara Mendes Garcia²

Resumo:

O presente trabalho apresenta a análise e discussão do ensino em Ciências e educação de Surdos em escolas de ensino regular do município de Santa Vitória do Palmar, tendo como objetivo principal compreender as realidades vivenciadas pelos estudantes Surdos no cotidiano da escola inclusiva, assim como as práticas pedagógicas dos educadores. Sabe-se que a educação inclusiva é garantida por lei e proporcionar condições favoráveis de aprendizagem ao estudante Surdo é fundamental, e para isso, torna-se imprescindível uma educação inclusiva eficaz. Os estudantes Surdos, na sua grande maioria, têm a LIBRAS como base para o desenvolvimento do seu ensino/aprendizagem, no qual é utilizado uma sistematização diferente da língua portuguesa, tendo em vista que a libras é uma modalidade espaço-visual. A pesquisa foi realizada com o uso do recurso Google Forms, com questões descritivas sobre o tema. Participaram da pesquisa 12 professores que atuam em sala de aula regular. Nos resultados são evidenciadas as categorias que emergiram na análise das experiências relatadas por professores, entre essas categorias: Formação e práticas pedagógicas do docente no processo de inclusão, Comunicação e recursos metodológicos na educação de Surdos, Trabalho em equipe para a educação de Surdos na escola regular, e o Ensino de Ciências para estudantes Surdos. Com a pesquisa realizada podemos perceber algumas lacunas na educação de Surdos e o que ainda é necessário avançar no processo formativo dos docentes e nas condições de trabalho para uma melhor qualidade no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Inclusão. Língua Brasileira de Sinais. Ensino em Ciências.

INTRODUÇÃO

Esse projeto de pesquisa apresenta a análise e discussão do ensino em Ciências e educação de Surdos em escolas de ensino regular do município de Santa Vitória do Palmar, tendo como objetivo principal compreender as realidades vivenciadas pelos estudantes Surdos no cotidiano da escola inclusiva, assim como as práticas pedagógicas dos educadores.

Assim como Castro Júnior (2011), escolheu-se adotar a nomenclatura Surdo(a) com letra maiúscula, como estratégia de reconhecimento e respeito ao Surdo “com suas especificidades e sua identidade”.

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail pri_svp@hotmail.com

² Professora do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Doutora em Educação Ambiental. FURG. Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. E-mail narjaramg@gmail.com

Além de ser uma visão social de posição e divulgação das pessoas Surdas como cidadãos que lutam pelos seus direitos políticos, culturais, linguísticos, educacionais, entre outros, para que sejam respeitadas suas manifestações por meio da Libras e, finalmente, uma inclusão efetiva e conceitual.

Proporcionar condições favoráveis de aprendizagem ao estudante Surdo é fundamental, e para isso, torna-se imprescindível uma educação inclusiva eficaz. Não basta inserir ou integrar os estudantes ao ambiente escolar, a inclusão visa aspectos mais abrangentes como o acolhimento, a igualdade e a equidade (GUARINELLO et al., 2006).

A escola é um contexto sociocultural e atua como um sistema organizado, definido por discursos, lugares, tempos, conteúdos e processos de ensino e aprendizagem. O currículo é construído a partir desses discursos e especificidades das relações e produções escolares. É influenciado pelos aspectos culturais que constituem e geram a identidade deste contexto. Por isso, o currículo é um artefato cultural e um “documento de identidade” da escola (SILVA, 2004).

Discussões sobre currículo escolar e inclusão são indispensáveis no meio educacional. Por muito tempo, os discursos sobre currículo escolar estiveram relacionados à listagem de conteúdos. Hoje já é mais evidente que o currículo contempla diversos aspectos que permeiam o cotidiano escolar.

No ensino de Ciências aparecem conceitos e nomenclaturas que precisam ser explicadas aos estudantes Surdos. No entanto, os sinais em Libras ainda são carentes em termos científicos, tornando ainda mais complexa a compreensão por esses estudantes. A linguagem científica deve ser acessível a todos estudantes e, para isso, é importante ser significativa e ter sentido na construção social do conhecimento, deve levar em consideração os aspectos integrais de todos estudantes, respeitando e valorizando a diversidade.

Ainda é um desafio no ambiente escolar, a inclusão de estudantes Surdos, neste presente trabalho será feita reflexões críticas a respeito dos complexos problemas e situações que acontecem entre estudante Surdo e educador e vice-versa, numa prática pedagógica com pontos de vista de educações diversas e determinadas vezes excludentes, em sala de aula regular.

O sistema educativo requer da sociedade, dos órgãos governamentais, e dos profissionais da área da educação a valorização da diversidade na sala escola, procurando trazer todos os estudantes, independentemente de suas dificuldades e sempre respeitando

suas diferenças. É permitido a todos cidadãos participarem da sociedade, o que inclui uma escola inclusiva, que disponibilize recursos e o auxílio no desenvolvimento do estudante com deficiência, e que o educador tenha condições e formação necessária para inserir essas ferramentas em sua prática para contribuir no processo de aprendizagem desses estudantes.

As discussões acerca da inclusão escolar no Brasil tiveram início com o advento da Declaração de Salamanca, documento produzido na Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, e, por isso, considerada o marco da Inclusão (BUENO, 2008). Em relação à inclusão escolar, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 5) explica que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus estudantes, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

A Declaração de Salamanca teve a finalidade de definir a política, os princípios, e a prática para a educação dos estudantes portadores de necessidades especiais, sistematizando ações que proporcionem reconhecer a diversidade e ofertar o atendimento específico às necessidades educacionais dos estudantes. Tais políticas passam constantemente por reestruturações, com a finalidade de incluírem as pessoas com deficiência na sociedade. Perante essa realidade, Jannuzzi (2004, p.1-1) afirma que:

A educação desse alunado aparece na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 4.024/1961, com dois artigos (88, 89) determinando que este estudante deveriam enquadrar-se no sistema geral da educação, no que fosse possível, e explicitando apoio à iniciativa privada, considerada eficiente, por meio de bolsas de estudo. A LDB nº 5.692/1971 colocou a educação dos deficientes sob as normas fixadas pelos Conselhos de Educação (art. 9º). A nova LDB nº 9.394/1996 reservou-lhe todo um capítulo (V), mantendo-a preferencialmente na rede regular de ensino, com apoio especializado, pela primeira vez legalmente prometido. As escolas e serviços especializados foram indicados sempre que não fosse possível integração na rede regular.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, na qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Políticas Públicas são as ações de um governo com a finalidade de traçar rumos para a sociedade. Tais políticas refletem objetivos, interesses e metas traçadas pelo Estado em prol da população, as quais também são constituídas a partir da absorção de influências partidárias, grupos de interesses e da própria mídia. Essas ações buscam produzir resultados e efeitos específicos em diferentes setores públicos. No caso específico da educação inclusiva, as políticas públicas atuam como mobilizadoras de interesses e necessidades de um grupo específico da população que necessita de uma atenção mais direcionada e que, até um passado próximo, eram deixados à margem da sociedade. Assim, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como, a inserção das crianças e/ou adulto na sala de aula regular em ambiente escolar são parte da garantia e do direito à educação de qualidade. Ao mesmo tempo, as políticas de educação inclusiva também determinaram o respeito às diversidades e o desenvolvimento de ações didático pedagógicas específicas para cada sujeito por elas atendidas.

Em 2008 o MEC criou o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva”, com o intuito de constituir “políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (Brasil, 2008, p.5). Nesse documento encontra-se dados do Censo Escolar de 1998 à 2006, no qual é registrado um aumento de 640% de matrículas em escolas regulares, aumentando estudantes inclusos de 43.923 para 325.316. Conforme essas diretrizes, para a inclusão dos estudantes Surdos em escolas regulares será necessário desenvolver um ensino bilíngue: Língua Portuguesa e LIBRAS.

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngüe - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular (BRASIL, 2008, p.17).

As políticas públicas inclusivas em relação as práticas escolares abriram um novo campo de visão na realidade das escolas na busca pela igualdade de direitos e, por consequência, talvez esse seja um dos maiores obstáculos enfrentados pelas pessoas que lutam pela inclusão, pois os estudantes inclusos mesmo com uma mesma deficiência também nunca serão iguais, esse é o paradigma essencial da raça humana, somos únicos. É essencial que se possa trabalhar com essa desigualdade sem se fazer discriminação alguma, apenas tendo em mente o direito de trabalhar essas diferenças de maneira integrada. O aprender faz parte do ser humano e o ensino em sala de aula não é suficiente para comprovar o que estudante aprendeu. Na educação não existe modelos prontos, existem possibilidades, os estudantes nos ensinam o caminho e junto com o educador descobrem diversas maneiras de ensino/aprendizagem.

METODOLOGIA

Neste pensar e repensar na prática pedagógica é possível analisarmos os efeitos diretos e indiretos que foram constituindo-se enquanto educadores. O desenvolvimento desta pesquisa foi fundamentado na abordagem qualitativa, que tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o contato direto do pesquisador com a situação que está sendo investigada (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11).

Para a realização desta pesquisa foi adotada como estratégia metodológicas, uma pesquisa investigativa feita através de entrevistas com educadores que contribuíram com essa análise. As entrevistas utilizadas como técnicas para coleta de dados, ao mesmo tempo em que valorizam a presença do investigador, também dão espaço para que o sujeito investigado tenha liberdade de participar e enriquecer a investigação.

A coleta de dados foi feita utilizada a técnica de entrevista por meio de preenchimento do formulário eletrônico do Google com a participação de doze professores voluntários. As entrevistas foram transcritas e fragmentadas em trechos em uma tabela para a análise detalhada dos dados. Para subsidiar as discussões dessa pesquisa, foram realizadas análises reflexivas das entrevistas e definidas categorias que subsidiaram a discussão apresentada a seguir. Esse método de análise é necessário para auxiliar e ter melhor compreensão sobre o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos relatos dos docentes entrevistados, surgiram as categorias de análises das entrevistas, entre essas categorias: A. Formação e práticas pedagógicas do docente no processo de inclusão, B. Comunicação e recursos metodológicos na educação de Surdos, C. Trabalho em equipe para a educação de Surdos na escola regular, e D. Ensino de Ciências para estudantes Surdos.

A. Formação e práticas pedagógicas do docente no processo de inclusão

Essa categoria traz algumas informações referentes as vivências dos professores entrevistados e a formação de professores, onde essa pauta de discussão engloba alguns problemas da educação inclusiva da atualidade. No que se refere a formação continuada a grande maioria dos professores entrevistados relata não se sentir segura para atender estudantes Surdos, por falta de capacitação nessa área. Na prática cotidiana da escola, o professor encontra muitas dificuldades e o melhor caminho é buscar conhecimento através de estudos e pesquisar para poder sanar essas lacunas.

“Percebo que o aluno surdo tem uma participação menor quando o professor não possui uma formação adequada. Um curso de Libras para todos os educadores seria importante para poder auxiliar nas aulas.” (Entrevistado - 7)

Capacitações para profissionais da educação, como curso, seminários, palestras, dentre outros são fundamentais para enriquecer os conhecimentos e melhorar as práticas educacionais, resultando em melhorias na educação e, conseqüentemente, em resultados na sociedade. Buscar conhecimento nos proporciona conhecer o mundo de diversidades que estamos inseridos, é de extrema importância que o professor respeite as singularidades e procure desenvolver estratégias que auxiliem seus estudantes a minimizar suas limitações.

“Então, a forma como conduzo as aulas (falando mais pausadamente, olhando diretamente para esse aluno e me movimentando pouco em sala) é que vão se adaptando para que eu possa cada vez mais me aproximar desse aluno e que ele precise cada vez menos da dependência de um monitor.” (Entrevistado - 4)

Desde 2005 foi implementada a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de formação de professores, nas licenciaturas, em todo território nacional, como determina o artigo terceiro do Decreto nº 5.626/2005:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e

privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005, p. 1).

Apesar do professor poder ter cursado a disciplina de Libras em sua graduação, isso não garante que ele consiga se comunicar nessa língua, pois é necessário praticar para conseguir se comunicar com propriedade. A falta de um profissional com domínio da Libras é um elemento comprometedor da inclusão de estudantes Surdos no ambiente escolar.

A realização profissional não é apenas o reconhecimento pelos outros, é também perceber que seu trabalho está obtendo resultados positivos, incentivando a continuar e fazer seu melhor. Com o passar do tempo e suas vivências, os professores conseguem se aproximar com mais facilidade e compreende melhor as necessidades desses estudantes.

“Hoje me sinto tranquila e realizada em poder me comunicar com os surdos” (Entrevistado-2).

“Hoje é tranquilo, já sei o caminho para chegar até eles.” (Entrevistado - 11)

O estudante Surdo não necessita obrigatoriamente adaptação curricular, ela só deverá ser feita se houver necessidade. É necessário observar os estudantes e compreender e respeitar suas singularidades, os estudantes aprendem de maneiras distintas, cabe ao professor criar estratégias que instiguem seus estudantes a participar ativamente das suas atividades.

“Na experiência que tive, a aluna acompanhava as mesmas atividades da turma. Não houve necessidade de adaptação. Ela adorava as aulas práticas que desenvolvíamos no laboratório. Ficava bem falante na linguagem dos sinais. Buscava práticas onde ela podia manipular objetos, que estimulassem a curiosidade, como atividades investigativas, de pesquisa, experiências práticas” (Entrevistado-4)

Planejamento é uma ação de criar roteiros e objetivos para suas atividades, não pode ser construído de forma padrão e rígido, ele deve ser flexível e analisar a realidade de seus estudantes e o contexto que estão inseridos. Nem sempre o plano é desenvolvido na prática como pensado primeiramente, com isso ele deve ser flexível e adaptável para que esses objetivos sejam alcançados e o ensino/aprendizagem aconteça de forma efetiva.

“Devemos sempre ser flexíveis em todos os momentos, pois nem sempre são alcançados os objetivos previstos para o momento. Momento desafiador, onde tudo

precisa ser feito com muito amor, carinho e respeito. Respeitando sempre essas diferenças de cada um.” (Entrevistado – 8)

B. Comunicação e recursos metodológicos na educação de Surdos

A segunda categoria emergente das narrativas dos professores trata-se das formas de comunicação com o estudante Surdo e os recursos metodológicos aplicados em sala de aula. Durante as aulas, muitas vezes, os professores circulam pela sala de aula, falam ao escrever no quadro e falam rápido, essas ações podem prejudicar a interpretação do estudante Surdo, mudar esses hábitos torna a comunicação mais clara e aproxima as relações entre o estudante e professor.

“Antes de conviver com a aluna, tinha muito receio é insegurança. Falo demais em aula e caminho também. Aprendi com essa aluna a falar mais pausadamente, olhando para ela e me movimentar o mínimo possível. Fiz um curso de libras, assim como de braile mas sem praticar, tenho muita dificuldade, portanto procuro através do meu comportamento em aula como relatei acima uma maior aproximação desses alunos. Mas no geral tenho muita insegurança quando da ausência de monitores de não dar conta de ter um estudante com necessidades especiais em aula.” (Entrevistado-4)

Eduard Huet está ligado diretamente as origens da educação de Surdos na América Latina, ele é o fundador das primeiras escolas de Surdos no Brasil. A proposta pedagógica do Imperial Instituto dos Surdos-mudos acreditava que “regenerar uma classe inteira de seres muito tempo abandonados e por meio de um método especial restituí-los à sociedade, tal tem sido o fim da fundação do estabelecimento, do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos”. que (ALMANAK LAEMMERT, 1857, p. 437).

Sendo o livro didático “Políticas e a Educação de Surdos no Brasil-2017” Alguns pesquisadores afirmam que Huet nasceu em Paris, na França, em 1822, e que ele teria ficado Surdo no final da infância, devido uma doença. Por isso, foi inscrito no Instituto dos Surdos-Mudos de Paris, a principal escola de Surdos da França. Após o termino de seus estudos, ele estabeleceu a educação de Surdos como sua principal missão de vida e tornou-se diretor do instituto de Surdos-Mudos da cidade de Bourges, na França, onde também dava aulas.

Em 1855, Huet fez uma proposta ao imperador do Brasil Dom Pedro II, de criar a primeira escola de Surdos do Brasil. Segundo Strobel (2008, p.89), “deduz-se que o

imperador D. Pedro II se interessou pela educação dos Surdos devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d'Eu), marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente Surdo". Porém não existe confirmação desse fato.

Huet juntamente com D. Pedro II fundaram em 1857 o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, (Lei número 939, de 26 de setembro de 1857) que funcionava em regime de internato, com o objetivo de oferecer educação intelectual, moral e religiosa. O instituto funciona atualmente como o Instituto Nacional do Ensino de Surdos – INES.

Quanto à legislação de fundação do INES, Doria (1958, p.171) detalha:

[...] quando a Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o 'Imperial Instituto de Surdos-Mudos' (...), o artigo 19 do Decreto nº 6.892 de 19-03-1908, mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos. Inclusive o Regimento de 1949, baixado pelo Decreto nº 26.974, de 28-7-49 e o atual, aprovado pelo Decreto nº 38.738, de 30-1-56, (publ. No D.º de 31-1-56), referindo à denominação de 'Instituto Nacional de SurdosMudos' (...) Tal instituição viu seu nome modificado recentemente pela Lei nº 3.198, de 6-7-57 (publ. No D.º de 8-7- 57), para 'Instituto Nacional de Educação de Surdos' [...].

Apesar da língua de sinais já fosse usada pela comunidade surda há muito tempos, apenas em 2002 a Libras foi oficializada no Brasil com a Lei nº 10.436 de 24 de abril. A luta da comunidade surda resultou nesta lei, a partir da qual os Surdos passam a ter a cultura e a identidade surda reconhecida, sendo então vistos como cidadãos e não mais apenas como deficientes (QUADROS, 2003).

Segundo a legislação (BRASIL, 2002), entende-se a Libras como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Sabe-se que a comunicação é muito importante no ambiente escolar, para o professor, ao receber um estudante Surdo é natural o sentimento de insegurança, quando não se tem formação na área, pois compreende que a comunicação deverá ser pensada de outra maneira. Despreparo e falta de conhecimento causam insegurança, e com isso o/a professor/a fica inseguro/a e dificulta a sua compreensão sobre a educação de Surdos. Realizar avaliações diagnósticas auxiliam a entender o estudante e construir relações e recursos para auxiliar no ensino. Segundo o entrevistado 4 *"Para mim realmente foi a comunicação, a dificuldade minha de entender sua forma de se comunicar."*

Para comunicar-se em Libras é necessário praticar, para conhecer os sinais e com maior facilidade interpreta-los. O monitor escolar em sala de aula é uma mediação dos processos inclusivos para o estudante Surdo, porém é essencial promover momentos em que esse estudante tenha autonomia, proporcionando momentos de independência.

Com a falta da audição, é importante criar estratégias que intensifique outro sentido, como por exemplo a visão. Trazer imagens ajuda a compreender melhor o conteúdo que está sendo trabalhado, assim como a ajuda de um interprete.

As tecnologias estão presentes em sala de aula com mais frequência, pois estão sendo um recurso de auxílio educacional de grande relevância, onde em determinados casos, com estudantes Surdos, ela proporciona uma certa independência para o estudante, tornando o ensino prazeroso para ele e fazendo com que a aprendizagem aconteça de forma natural. As atividades lúdicas proporcionam momentos de diversão, onde na brincadeira ele se diverte e aprende simultaneamente.

“Geralmente trabalho com o concreto e trabalhos diferenciados lúdico conforme especificamente do educando.” (Entrevistado – 7)

“Muita criatividade, desde recortes, gravuras, desenhos, bastante o lúdico, com intérprete em libras é lógico.” (Entrevistado – 8)

O interprete de Libras tem uma função importantíssima na sala de aula, pois ele consegue transmitir a aula em Libras para o Surdo, além de conseguir auxiliar o estudante por mais tempo que o professor da turma. O trabalho do professor e do interprete deve ser de união, proporcionar momentos para debater estratégias e dificuldades encontradas pelo estudante são necessárias para que ambos possam ajudar esse estudante da melhor maneira possível.

C. Trabalho em equipe para a educação de Surdos na escola regular

Na terceira categoria, os/as professores/as entrevistados evidenciam a importância do trabalho em equipe entre professor da sala de aula regular, professor do AEE, monitores e interpretes de Libras, através da análise das respostas obtidas. Tornar a escola um lugar acolhedor e seguro proporciona um ensino mais efetivo, onde os estudantes se sentem valorizados e respeitados.

“Temos o auxílio de um monitor, onde o mesmo transfere o conteúdo para linguagem adaptada em libras, tendo assim um bom convívio escolar também com os alunos ditos normais, ouvintes.” (Entrevistado – 8)

De acordo com a Resolução de Nº 436/2012, no Artigo 9º, o professor de AEE tem a função/papel de “identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas”.

O AEE possibilita ao estudante um atendimento especializado, além de dar suporte para o professor da sala de aula regular com metodologias, material adaptados, sugestões e apoio pedagógico. O planejamento é uma etapa essencial, pois nele são pensados objetivos, estratégias e metas a se alcançar. Para atender um estudante Surdo é necessário respeitar suas especificidades e criar caminhos para auxiliar a minimizar suas limitações, esse plano é importante ser feito em conjunto com o professor da sala de aula e do AEE onde o mesmo terá suas contribuições referentes ao caso.

“Eu me sinto desafiada e tento fazer o meu melhor e juntamente com os profissionais da sala do AEE tentamos fazer um plano diferenciado conforme a especificidade do educando.” (Entrevistado – 7)

Nos atendimentos que acontecem no contra turno, se dá atenção especial às necessidades e potencialidades de cada um com o intuito de oferecer novos caminhos para a aprendizagem e onde de fato suas diferenças sejam reconhecidas, atendidas e respeitadas. Dessa forma, em uma escola inclusiva, o professor do AEE pode de forma colaborativa junto ao professor da sala de aula regular construir um espaço de co-docência, ou seja, buscar efetivamente práticas pedagógicas que venham ao encontro de todos os estudantes, contribuindo com observações e sugestões quanto ao trabalho realizado no espaço escolar. Cabe aqui destacar a fala do Entrevistado-2 *“Tudo é uma questão de pesquisar juntos e encontrar a melhor forma de compreensão”*.

O trabalho do interprete e do professor titular devem ocorrer concomitantemente com os objetivos pré-estabelecidos. Esse trabalho em conjunto é necessário para que o ensino aconteça da melhor maneira. Ter o auxílio de um monitor proporciona uma certa tranquilidade, pois é uma segurança que esse estudante estará com acompanhamento durante todo período de aula, algo inviável para a professora, pois tem que atender a todos os estudantes ao mesmo tempo.

“Na experiência que tive, a aluna tinha uma monitora de libras que repassava nossas falas e a turma interagiu com a colega, alguns buscavam aprender a língua de sinais para se comunicar melhor com a colega” (Entrevistado – 4)

D. Ensino de Ciências para estudantes Surdos

Nessa última categoria, foram analisados o ensino de ciências e a educação de Surdos nas escolas regulares do município. Dentre as narrativas dos entrevistados, a grande maioria relata a falta de experiência com a educação de Surdos e o desafio de ensinar essa disciplina.

Cada disciplina possui suas especificidades, no ensino de ciências existem nomenclaturas particulares, que constituem a linguagem científica e que podem dificultar a compreensão e comunicação do estudante Surdo. Cabe aos professores elaborarem estratégias e metodologias para estreitar as relações do estudante com o conteúdo, consequentemente ele irá se apropriar desses conhecimentos. O entrevistado 8 relata que *“Devemos sempre ser flexível em todos os momentos, pois nem sempre são alcançados os objetivos previstos para o momento.”*

Desenvolver aulas práticas aguça a curiosidade do estudante e instiga o interesse, fazendo com que ele seja participativo nas dinâmicas da aula. No ensino de ciências é muito importante a utilização dessa metodologia para aproximar os estudantes da pesquisa, mostrando o quando é importante em nossas vidas.

“Uso muito desenhos e a interprete auxilia, assim como uso das tecnologias favorece muito. A maioria dos alunos que tive eram muito independentes e participativos.” (Entrevistado – 11)

“Buscaria alternativas para atender melhor o aluno.” (Entrevistado – 12)

Diversificar as metodologias de ensino, resultam em maior participação dos estudantes. As aulas de Ciências possibilitam um grande acervo de aulas diferenciadas, como por exemplo aulas práticas no laboratório de ciências.

“As experiências mais significativas foram nas aulas práticas no laboratório de Ciências onde como já falei mais acima a aluna se soltou mais, ficava mais falante (Libras) e participativa.” (Entrevistado – 4)

Tendo em vista a diversidade da sala de aula, no caso de ter estudantes Surdos é importante que o professor compreenda que quando houver falta de conhecimentos básicos, é preciso retroceder ao máximo nos conhecimentos prévios, a fim de introduzir o conteúdo de forma mais clara, aproximando o conteúdo ao cotidiano do estudante, sempre

respeitando seu contexto biopsicossocial. Quando necessário, retornar os conteúdos com estratégias diferentes, partindo sempre do conhecimento do estudante, e aprofundar nos conteúdos conforme o retorno dele.

Essa disciplina tem suas nomenclaturas específicas, onde nem todas possuem sinais em Libras, com isso a professora e o interprete devem criar esse sinal e apresentar para o estudante Surdo. É importante apresentar o material com textos sucintos, fazendo uso de vocabulários básicos e tentando ser mais objetivo possível e utilizar muito visual.

A repetição do uso da mesma palavra auxilia o estudante na memorização, pois para ele a palavra é como uma imagem, quanto mais ele visualiza, mais facilitará na compreensão dos seus significados. Fazer relação de palavras com imagens é uma estratégia de ensino que possibilita uma compreensão do significado dessas palavras. A articulação de palavra, imagem e sinal auxilia o estudante a se apropriar desses conhecimentos científicos.

Considerações finais

Para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e justa, a educação, com certeza, é um dos marcos mais importantes e é direito fundamental e condição básica do cidadão. No estudo realizado, os resultados obtidos nos revelam uma complexidade na realidade escolar no que se refere a inclusão do estudante Surdo.

No que se refere as ações docentes, as respostas obtidas na entrevista demonstram a insegurança dos professores em relação ao atendimento de estudante Surdo, assim como a importância do papel do interprete de Libras, onde ele não é o principal sujeito responsável nas ações pedagógicas, no entanto por ter maior aproximação com o estudante pela comunicação, consegue perceber as dificuldades e afinidades desse estudante, tornando-se um agente de comunicação entre professor e estudante.

A comunidade surda vem lutando pelos seus direitos, especialmente por igualdade e equidade na educação em escolas regulares, cobrando seus direitos enquanto cidadãos da sociedade. Metodologias adequadas com intuito de igualdade devem ser desenvolvidas em sala de aula, pois é por meio do professor que o estudante se sente integrado, e incluído. Precisamos compreender que o Surdo é uma pessoa que utiliza uma forma diferente de comunicação, tendo expressão e cultura próprias.

Tornar a escola inclusiva não é possibilitar acesso aos estudantes com necessidades especiais, mas sim dar aos professores condições para poder trabalhar suas ações pedagógicas com métodos inclusivos, incentivar a reflexão das práticas pedagógicas realizadas para o ensino e a aprendizagem dos estudantes Surdos

Por tanto, é importante que os professores busquem um conhecimento constante e que as escolas ofereçam momentos na reunião pedagógica onde professores possam trocar informações e buscar auxiliar aqueles profissionais que estão com algum tipo de dificuldades. É preciso começar a transformar o ambiente escolar num local de acesso a todos, dessa forma, poderíamos pensar na oferta de um serviço de qualidade e que realmente venha a auxiliar as necessidades dos estudantes.

Para finalizar, gostaria de destacar o quanto este trabalho contribui em minha formação enquanto docente de ciências, tendo em vista que me possibilitou compreender e refletir sobre as práticas educacionais e os reflexos na sociedade. Precisamos de mais diálogo entre os professores e gestores, conscientização de que através do amor e da educação, tudo é possível. Portanto, através da formação continuada e das discussões pedagógicas na escola, a inclusão é uma oportunidade de crescimento de todos, onde todos se beneficiam, principalmente aquele que mais precisa.

REFERÊNCIAS

ALMANAK Laemmert (1844-1889). **Center for research libraries**. Global Resources Network, 1857.

BRASIL, ***Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva***. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. MEC/SEEP. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília - DF, nº 79, p.23, Seção 1, 25 abr. 2002. Disponível em <http://mpcdceara.org/wpcontent/uploads/2010/04/politicaeducaspecial.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial [da República Federativa

do Brasil], Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. p. 28. [recurso eletrônico]. Disponível em: . Acesso em: 01 março de 2021.

CASTRO JÚNIOR. G. de. **Variação linguística em Língua de Sinais Brasileira: foco no léxico**. 2011, 123 f. il. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8859>. Acesso em: 22 de Março de 2021.

DORIA, Ana Rímoli de Faria. **Compêndio de Educação da Criança Surdo-Muda**. Rio de Janeiro: 1958.

LUCHESE, Anderson. **Políticas e a educação de surdos no Brasil**. UNIASSELVI .2017.

JANNUZZI, G. DE M. **Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões**. Revista GIS, Rio de Janeiro, out. 2004. Disponível em <http://www.ltds.ufrj.br/gis/januzzi/januzzi2.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

STROBEL, Karin L. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

UNESCO. **Declaración de Salamanca Marco de acción ante las necesidades educativas especiales**. *París*: UNESCO, 1994.

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.

ANEXO

Questionário de Entrevista

1. Escola:
2. Nível de escolaridade que trabalha:
 - Educação infantil
 - Séries iniciais
 - Séries finais
 - Superior
3. Formação:
 - Magistério
 - Graduação
 - Pós-graduação
 - Mestrado
 - Doutorado
4. Quanto tempo trabalha como professor(a)?
 - Até 5 anos
 - De 5 à 10 anos
 - Mais de 10 anos
5. Você têm estudante deficiente auditivo?
 - Sim
 - Não
6. Você já havia trabalhado com estudantes Surdos antes desta escola?
 - Sim
 - Não
7. Em seu primeiro contato com um estudante Surdo você se sentiu preparado(a) para atendê-lo?
 - Sim
 - Não
8. Como é a participação das crianças ouvintes e surdas nas aulas?
9. A escola onde você trabalha promove momentos de discussão sobre a inclusão?
 - Sim
 - Não
10. Você utiliza alguma tecnologia assistiva para auxiliar seu estudante?
 - Sim
 - Não
11. Você tem domínio da língua de sinais?
 - Sim

- Não
12. Sua escola tem interprete de Libras?
- Sim
 - Não
13. Você faz uso do apoio de sala de recursos para o desenvolvimento das aulas?
- Sim
 - Não
14. Você já participou de cursos sobre inclusão, Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou Educação Especial?
- Sim
 - Não
15. Como você se sente diante do desafio de ensinar para estudantes Surdos?
16. Como você ensina ciências naturais para estudante Surdo?
17. Quais as práticas pedagógicas que você considera como potencializadoras ou facilitadoras da educação de Surdos?
18. Em relação à educação em ciências naturais para estudantes Surdos, o que você considera como as maiores dificuldades encontradas?
19. Como busca minimizar essas dificuldades?
20. Caso seja de seu interesse, relate alguma experiência vivenciada junto aos estudantes Surdos que você considere relevante aos objetivos propostos pela pesquisa



Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Instituto de Matemática, Estatística e Física

Curso de Licenciatura em Ciências

Av. Itália km 8 Bairro Carreiros

Rio Grande-RS CEP: 96.203-900 Fone (53)3293.5411

e-mail: imef@furg.br

Sítio: <https://cienciasuab.furg.br/>



Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso

No sétimo dia do mês de maio de 2021 foi realizado um parecer analisando o vídeo da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Priscila Lazo Rodrigues** intitulado **ENSINO EM CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS: PRÁTICAS E SABERES DOCENTES**, sob orientação do Prof^ª. Dr^ª. **Narjara Mendes Garcia** do Instituto de Educação. A banca avaliadora foi composta pelo Prof^ª. Dr^ª. **Berenice Vahl Vaniel** e pelo Prof^ª.Dr^ª. **Priscila Wally Virissimo Chagas**. O candidato foi: (X) aprovada por unanimidade; () aprovada somente após satisfazer as exigências que constam na folha de modificações, no prazo fixado pela banca; () reprovada. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada.

Prof. Dra. Narjara Mendes Garcia

Orientador

Prof. Dra. Priscila Wally Virissimo Chagas

Membro da Banca

Prof. Dra. Berenice Vahl Vaniel

Membro da Banca